

MINUTA DO TERMO DE COLABORAÇÃO PARA EXECUÇÃO DA PROGRAMAÇÃO ARTÍSTICO-CULTURAL OFICIAL DA SEMANA FARROUPILHA E DO ACAMPAMENTO FARROUPILHA DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ 2026 - TERMO DE COLABORAÇÃO Nº _____/2026/FCBC -CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 007/2026/FCBC

Aos xx dias do mês de xxxx de 2026 (dois mil e vinte e seis), de um lado o **MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Dinamarca, 320 – Bairro das Nações, CNPJ/MF sob o nº. 83.102.285/0001-07, representado neste ato, pela sua Prefeita Municipal, Juliana Pavan Von Borstel, portadora da carteira de identidade nº 3.938.755, CPF/MF sob o nº 035.468.419-13, e a **FUNDAÇÃO CULTURAL DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua 300, nº 50, Centro, Balneário Camboriú – SC, inscrição do CNPJ sob nº 07.349.637/0001-37, representado, neste ato, pela Diretora-Presidente, Karoen Cardoso Mello, CPF sob o nº 015.196.260-02, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, e de outro lado a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL _____, inscrita no CNPJ nº _____, com sede à _____, neste ato representada por seu(sua) Presidente(a)/Representante Legal _____, portador(a) do CPF nº _____, doravante denominada OSC, resolvem celebrar o presente TERMO DE COLABORAÇÃO, em conformidade com o Chamamento Público nº 007/2026/FCBC, com a Lei Federal nº 13.019/2014, com as alterações promovidas pela Lei Federal nº 13.204/2015, com o Decreto Municipal nº 8.489/2017, com o Plano Municipal de Cultura, com o Plano de Trabalho aprovado e demais normas aplicáveis, mediante as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente Termo de Colaboração a execução da programação artístico-cultural oficial da Semana Farroupilha e do Acampamento Farroupilha de Balneário Camboriú 2026, mediante realização de atividades voltadas à preservação, valorização e difusão das tradições gaúchas, regionalistas e sul-brasileiras, compreendendo a organização e execução de ações culturais, artísticas e tradicionalistas previstas no Plano de Trabalho aprovado.

1.2. Integram este Termo de Colaboração, para todos os fins de direito, o Plano de Trabalho aprovado, o Edital de Chamamento Público nº 007/2026/FCBC e seus anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO INTERESSE PÚBLICO

2.1. A parceria visa promover a preservação do patrimônio cultural imaterial, a valorização das tradições gaúchas e regionalistas, o fortalecimento da economia criativa, a democratização do acesso à cultura e o cumprimento das diretrizes do Plano Municipal de Cultura.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA PARCERIA

3.1. O valor global da parceria será de até R\$ 562.800,00 (quinhentos e sessenta e dois mil e oitocentos reais).

3.2. Os recursos serão destinados exclusivamente à execução do objeto previsto neste instrumento e no Plano de Trabalho aprovado.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas correrão à conta das dotações orçamentárias próprias da Fundação Cultural de Balneário Camboriú, consignadas no orçamento vigente.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

5.1. O presente Termo de Colaboração terá vigência da data de sua assinatura até 27 de outubro de 2026.

5.1.1 Na hipótese de ocorrência de situação de emergência em saúde pública, estado de calamidade pública, caso fortuito, força maior ou quaisquer circunstâncias excepcionais que possam comprometer, restringir ou inviabilizar a execução das atividades previstas neste Termo de Colaboração, as partes poderão, mediante justificativa e observadas as normas vigentes, promover as adequações necessárias, desde que mantidos os objetivos da parceria e resguardado o interesse público.

5.1.2 A vigência deste Termo poderá ser prorrogada em 30 dias, conforme justificativa apresentada pela entidade selecionada. Toda e qualquer prorrogação deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Colaboração.

5.2. A execução da programação cultural ocorrerá entre os dias 18 e 27 de setembro de 2026.

5.3. O período remanescente destina-se às atividades de encerramento administrativo, elaboração dos relatórios e apresentação da prestação de contas.

5.4. A vigência poderá ser prorrogada nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014, mediante justificativa técnica e interesse público devidamente demonstrados.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Constituem obrigações da Fundação Cultural de Balneário Camboriú:

- I – realizar os repasses financeiros previstos;
- II – acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;

- III – designar gestor da parceria;
- IV – designar Comissão de Monitoramento e Avaliação;
- V – analisar a prestação de contas;
- VI – publicar os atos exigidos pela legislação;
- VII – adotar as providências necessárias ao cumprimento deste instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA OSC

Constituem obrigações da OSC:

- I – executar integralmente o Plano de Trabalho aprovado;
- II – cumprir as metas e indicadores pactuados;
- III – aplicar os recursos exclusivamente no objeto da parceria;
- IV – manter documentação comprobatória da execução;
- V – prestar contas nos prazos estabelecidos;
- VI – permitir o acompanhamento e fiscalização da parceria;
- VII – divulgar o apoio institucional da Fundação Cultural de Balneário Camboriú.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DESPESAS ADMITIDAS

8.1. Poderão ser custeadas despesas diretamente vinculadas à execução do objeto, incluindo:

- I – cachês artísticos;
- II – premiações;
- III – contratação de jurados;
- IV – produção cultural;
- V – hospedagem, alimentação e deslocamento;
- VI – divulgação;
- VII – registros fotográficos e audiovisuais;
- VIII – equipe técnica;
- IX – demais despesas previstas no Plano de Trabalho aprovado.

CLÁUSULA NONA – DAS DESPESAS VEDADAS

9.1. É vedada a utilização dos recursos para finalidades diversas do objeto da parceria ou em desacordo com a legislação aplicável.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS REPASSES FINANCEIROS

10.1. Os recursos serão transferidos em parcela única para execução conforme previsto no Plano de Trabalho aprovado.

10.2. A liberação dos recursos ficará condicionada ao cumprimento dos requisitos legais e das etapas previstas neste instrumento.

10.3 A organização da sociedade civil deverá informar conta bancária específica para movimentação das ações previstas no Plano de Trabalho.

10.4 Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

10.5 Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO

11.1. A execução da parceria será acompanhada pelo Gestor da Parceria e pela Comissão de Monitoramento e Avaliação.

11.2. O Gestor da Parceria e a Comissão de Monitoramento e Avaliação utilizarão como instrumentos de acompanhamento e fiscalização:

- I – relatórios de execução;
- II – visitas técnicas;
- III – registros fotográficos e audiovisuais;
- IV – listas de presença;
- V – documentos financeiros;
- VI – demais meios de verificação previstos no Plano de Trabalho.

11.3 O Gestor da Parceria terá como responsabilidade avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

12.1. A OSC deverá apresentar prestação de contas final nos prazos estabelecidos neste Termo de Colaboração.

12.2. A prestação de contas deverá conter:

- I – Relatório de Execução do Objeto;
- II – Relatório de Execução Financeira;
- III – Comprovantes de despesas;
- IV – Extratos bancários;
- V – Documentos comprobatórios do cumprimento das metas;
- VI – Demais documentos exigidos pela legislação.

12.3 As prestações de contas serão avaliadas:

- I - regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
- II - regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;
- III - irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:
 - a) omissão no dever de prestar contas;
 - b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
 - c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;
 - d) desfalque ou desvio de bens ou valores públicos.

12.4 Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito na parceria e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES

13.1. O presente Termo poderá ser alterado mediante termo aditivo, observadas as disposições legais aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO

14.1. O Termo poderá ser rescindido por interesse público, por acordo entre as partes ou por descumprimento das obrigações pactuadas, as quais são:

- I- Utilização dos recursos físicos em desacordo com o Plano de Trabalho;
- II- Inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
- III- Constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado;

IV- Verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial;

14.2. A rescisão não afasta a obrigação de prestação de contas nem a apuração de responsabilidades.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS SANÇÕES

15.1. A OSC ficará sujeita às sanções previstas na Lei Federal nº 13.019/2014 e no Decreto Municipal nº 8.489/2017.

15.2 Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei no 13.019 de 2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:

I – advertência;

II - suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

Parágrafo único. As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência do Secretário Municipal responsável pelo repasse, sendo que a Secretaria de Controle Governamental e Transparência Pública poderá agir quando observada inércia da administração pública, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA TRANSPARÊNCIA

16.1. A OSC deverá assegurar a transparência da parceria nos termos da legislação aplicável.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

17.1. O extrato do presente Termo de Colaboração será publicado pela Fundação Cultural de Balneário Camboriú na forma da legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
FUNDAÇÃO CULTURAL



18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Balneário Camboriú/SC para dirimir eventuais controvérsias oriundas deste instrumento.

E, por estarem de acordo, as partes assinam o presente Termo de Colaboração.

Balneário Camboriú, ____ de _____ de 2026.